Reformas curriculares no ensino brasileiro: uma viagem pela história

Francisco Halyson Ferreira Gomes[1], Franciane Correia Freire[2]

[1]Supervisor do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) – IFCE. Bolsita Capes. e-mail: halysongomes@yahoo.com.br
[2] Professora da Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC. e-mail: prof.franciane@gmail.com

Resumo: O Brasil passou por profundas modificações econômicas, políticas e sociais nas últimas quatro décadas. A escola tem um papel fundamental na formação de pessoas capazes de atuar de acordo com a necessidade da sociedade. Fazem parte desse processo de formação elementos importantes como os costumes, os valores sociais e a relação do homem com o trabalho em cada época. Para entender como a educação pode ser influenciada por fatores históricos foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o intuito de levantar as principais características de cada uma das reformas na educação brasileira a partir da década de 30 e fazer uma relação com fatos históricos de cada época. Observou-se que a cada reforma na educação que era lançada fatos políticos, econômicos e sociais influenciavam nas decisões sobre o currículo escolar, assim na década de 30 a economia que era regida pelo sistema café com leite passou a para um regime urbano industrial e o mundo ainda vivia os reflexos da Grande Guerra. Nos anos posteriores a política brasileira passou por duros regimes totalitários, que suprimiram direitos individuais e impuseram à população uma série de condutas a serem seguidas. Nas décadas de 80 e 90 o Brasil passa pelo processo de redemocratização e a economia sofre os reflexos da abertura da economia para o mercado estrangeiro. Em cada época dessas foi instituída uma reforma no sistema educacional brasileiro. Dentre essas reformas estão a Reforma Francisco Campos, a Reforma Capanema e a Lei de Diretrizes e Bases de 1961, 1971 e 1996.

Palavras–chave: CURRICULO, EDUCAÇÃO, HISTORIA, REFORMAS

1. INTRODUÇÃO

O Brasil passou por profundas modificações nas suas bases política e econômica no início dos de 1930. Em 1929 a bolsa de valores de Nova York quebrara, deixando muitas economias mundiais em pedaços, inclusive a brasileira, que era baseada na venda de produtos agrícolas. O principal produto do Brasil, o café, ficou estagnado nos galpões e os fazendeiros que faziam parte da política café com leite começaram a perder o controle da economia brasileira (COTRIM, 1996). Nessa época é criado Ministério da Educação e Saúde e o ministro Francisco Campos lança uma reforma para atender aos desejos da nova ordem que nascia no Brasil, o desenvolvimento da indústria.

Na década de 40, outro importante ministro da educação Gustavo Capanema, também promove no Brasil uma importante mudança nas bases da educação. Durante esta época são criados importantes instrumentos educacionais e culturais para o país: o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Instituto Nacional de estudos Pedagógicos (INEP) e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). O País vive as conseqüências da 2ª Grande Guerra e das reformas trabalhistas de Getulio Vargas.

Após a Ditadura de Vargas a política passa a ser regida novamente pelo regime democrático e com esse novo panorama político é criada a Lei nº 4024/1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), estabelecendo uma importante equivalência entre o ensino profissionalizante e o ensino propedêutico. Alguns anos depois foi instituída, no governo Médici a LDB 5.692/71, em substituição à lei anterior para adequar a educação ao regime da Ditadura Militar.

Alguns anos depois o Brasil conseguiu vencer o regime totalitário dos militares e por meio da luta da sociedade civil organizada e de fortes pressões internacionais a democracia é restaurada no País (COTRIN, 1996). Somente no ano de 1996, ou seja, 11 anos após a queda da Ditadura é que é criada uma nova LDB por meio da Lei nº 9.394/96. Com a criação desta lei o ensino passa a ser visto como elemento transformador na vida das pessoas. O homem não é mais visto como elemento passivo

ISBN 978-85-62830-10-5
VII CONNEPI©2012

tenta-se derrubar com o modelo de educação tradicional e o homem passa a ser o construtor do seu desenvolvimento. Sã o levados para a escola conceitos e teorias transformadoras, tais como a contextualização, as competência e habilidades.

Neste trabalho objetiva-se fazer um panorama entre as mudanças econômicas e políticas e as reformas educacionais brasileiras ao longo de um período determinado. Por meio de revisão bibliográfica deseja-se fazer um levantamento dos principais elementos históricos, políticos e econômicos, acontecidos no Brasil a partir da década de 30 que influenciaram nas decisões que atingiram o sistema educacional brasileiro. A metodologia escolhida para a realização deste trabalho foi a revisão bibliográfica de material impresso e material digital a fim de identificar as principais características econômica, política e social da sociedade brasileira a partir da década de 30 e assim relacionar essas características as reformas educacionais instituídas no Brasil.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho optou em uma abordagem de pesquisa, observando a historicidade da inserção curricular e a interpretação de diversos autores sobre o assunto, fazer uma relação entre as mudanças curriculares no ensino brasileiro a partir da década de 30 (Reforma Campos) até a década de 90 com a promulgação da LDB/96 e fatos históricos ocorridos no Brasil no mesmo período. Foi realizado um estudo teórico sobre os principais fatos políticos, econômicos e sociais que aconteceram no Brasil entre os anos 30 e década de 90. Também foram realizados estudos que identificaram as principais mudanças no currículo escolar propostas pela Reforma Campos, Reforma Capanema e pelas Leis de Diretrizes e Bases. O último passo deste trabalho foi relacionar as mudanças históricas com as mudanças identificadas em cada currículo escolar.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. O INICIO DA ERA VARGAS E A REFORMA CAMPOS

No inicio dos anos 30 o Brasil passou por profundas mudanças nas esferas política e econômica. A crise mundial atingiu o frágil sistema capitalista da época que tinha como base a comercialização do café. O modelo agrário exportador estava em crise e começava a ser desenhado na economia nacional um novo sistema, o urbano industrial, igualmente frágil segundo Zotti (2010). Os recursos financeiros que antes da crise eram destinados ao setor cafeicultor, passaram a ser destinados para o desenvolvimento industrial e com isso o Brasil começou a produzir os produtos dos quais necessitava e consequentemente as importações diminuíram.

Essa mudança na economia brasileira fez surgir uma classe elitista industrial forte e o aumento progressivo da classe trabalhadora. As fábricas e indústrias necessitavam de mão de obra e houve na década 30 um forte movimento migratório. O homem começa a deixar as fazendas de café, as quais não ofereciam mais garantia de emprego e foram trabalhar nas indústrias dos centros das cidades. Segundo Moraes apud Zotti (2010) a Revolução de 30 é a consolidação do capitalismo brasileiro, e que, no curso dos anos tornou hegemônica a fração industrial da classe dominante.

Na política, Getúlio Vargas tratou de desmontar todos os resquícios da política da República Velha, conforme Cotrin (1996) ele providenciou o fechamento do Congresso, a suspensão da Constituição e a nomeação de interventores militares para os Estados. Getúlio Vargas promulgou a Constituição de 1934, que tinha como pontos principais, segundo Cotrin (1996), o voto secreto, a instituição de direitos trabalhistas e a nacionalização econômica, esta para proteger o crescimento da indústria nacional, entre elas a têxtil e a de alimentos. Através destas medidas Vargas reafirmava seu estilo populista, tentando agradar todos os setores da sociedade.

Nesta conjuntura a educação ganha destaque e em 1930 é criado o Ministério da Educação. Francisco Campos promove então uma reforma em todo o sistema de ensino do Brasil através do Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931. Esta reforma foi a responsável por unificar o sistema educacional brasileiro, que antes estava a cargo dos Estados. A reforma Campos tinha o objetivo de preparar o homem para as diversas atividades econômicas, além de oferecer uma formação geral para capacitá-lo a viver em sociedade (SANTIAGO, 2008).

A reforma Campos dividiu o ensino em fundamental, com período de cinco anos, complementar, com período de dois anos, e obrigatório para quem pretendia seguir os estudos universitários. O currículo do ensino fundamental compreendia disciplinas como Português, Francês, Ciências, História, Geografia, Desenho e Música.

O currículo do ensino complementar possuía uma parte comum e outra específica, cujas disciplinas eram ofertadas de acordo com o curso superior pretendido. O ensino profissional foi transformado em ensino comercial e não dava acesso ao ensino superior. Fica claro nessa postura do sistema educacional brasileiro o caráter elitista do currículo proposto por Campos, assim o tipo de escola que começou a se expandir pelo Brasil atendia principalmente a elite industrial. Campos segundo Santiago (2008) pretendia unificar a educação no Brasil, algo muito difícil devido as peculiaridades de cada região geográfica.

Como o objetivo de Vargas era agradar todos os setores da sociedade, Campos introduziu o ensino religioso que ficaria a cargo da Igreja Católica. Dessa forma Vargas fecha um ciclo importante para o progresso de seu governo. Atendia aos anseios da elite, oferecendo uma educação propedêutica e que restringia o acesso a universidade. Oferecia aos trabalhadores instrução mínima para atuarem no setor industrial e comercial e fazia uma aliança com a Igreja, conseguindo assim o apoio de uma influente instituição.

3.2 A REFORMA CAPANEMA

Durante o processo de industrialização do Brasil os centros urbanos receberam um contingente muito grande de pessoas. Percebendo o poder da classe operária o presidente Getúlio Vargas reuniu todos os direitos trabalhistas instituídos na primeira fase do seu governo na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), este instituto ainda permanece até hoje garantindo aos trabalhadores direitos mínimos para o exercício do trabalho. Percebendo a necessidade de formar pessoas capazes de suprir as necessidades do mercado, principalmente na indústria, o ministro da educação Gustavo Capanema através do Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942 faz uma nova reforma na educação brasileira.

O ensino passou a ser dividido em ginasial, de quatro anos de duração e o colegial, com duração de três anos, este dividido em científico e clássico. Também existia a categoria de ensino agrotécnico, comercial e normal, frequentado pela classe trabalhadora, estes não davam acesso ao ensino superior. Percebe-se que a reforma Capanema não foi capaz de acabar com a separação entre o ensino que era oferecido a elite e o que era oferecido às classes trabalhadoras. Entretanto devido a pressões sociais foram instituídos os exames de adaptação, para que os alunos do ensino profissionalizante pudessem ter acesso ao ensino superior.

De acordo com Zotti (2010) o currículo do ensino ginasial tinha como função dotar o aluno de elementos fundamentais para o prosseguimento nos estudos. Esta etapa compreendia as disciplinas de Línguas, Ciências e Artes. Já no curso clássico e cientifico o objetivo era consolidar os ensinamentos do Ginásio. No curso clássico o objetivo era uma formação intelectual sólida por meio do estudo da Filosofia e das Letras. No ensino cientifico o foco era um maior estudo das Ciências. O currículo do ensino profissionalizante garantia mão de obra para o mercado. O caráter nacionalista do governo Vargas fica evidente na inclusão de disciplinas como História e Geografia do Brasil no currículo escolar. A Educação Física passou a ser obrigatória até os 21 anos e o Ensino Militar era facultativo e organizado pelo Ministério de Guerra e o ensino Religioso era considerado parte importante na formação humana.

Neste período são inaugurados institutos voltados para a educação dos trabalhadores o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Também foram criados o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

3.3 LEI DE DIRETRIZES E BASES

Segundo Silva et al. (2007) a primeira Lei de Diretrizes e Bases do Brasil (Lei nº 4.024/61), que ficou mais conhecida pela sigla LDB, foi promulgada treze anos após sua formatação, num período de intenso crescimento no aceso a escola. Neste período que compreende o fim do Estado Novo de

Vargas e o início da Ditadura Militar. O sistema educacional ganhou importantes instrumentos de apoio ao crescimento e desenvolvimento do ensino no Brasil: a criação da Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES) e do Conselho Federal de Educação. Outro grande avanço trazido pela Lei nº 4.024/61 foi a equivalência entre os cursos profissionalizantes e os propedêuticos para fins de prosseguimento dos estudos.

O currículo da LDB/61 era composto por basicamente três partes. Uma adotada obrigatoriamente em todo o território nacional com as disciplinas de Português, História, Geografia, Matemática, Ciências e Educação Física. Uma parte regional também de caráter obrigatório e uma última parte escolhida pela escola dentre as disciplinas constantes em uma lista elaborada pelo Conselho de Educação do Estado.

Em 1968 um forte movimento de defesa da escola pública favoreceu a criação da segunda LDB, a Lei nº 5.692 de 1971, que foi promulgada em pleno regime militar do governo de Emílio Médice. Em seu primeiro artigo a LDB/71 traz de forma bem clara o tipo de cidadão que se deseja formar, uma pessoa auto realizada, qualificada para o trabalho e praticante da cidadania. O ensino que antes era dividido em primário, ginasial e colegial passa a ser dividido em 1° e 2° grau, sendo eliminado o exame de admissão. Outra grande mudança com o advento desta lei foi a obrigatoriedade do ensino profissionalizante no ensino secundário.

Segundo Bahry (2004), o Brasil passou por um crescimento elevado nos anos 70, acompanhado de um aumento na dívida externa e ainda vivia o auge da Ditadura Militar. O currículo da educação profissional nesse cenário deveria atender às peculiaridades regionais e obrigatoriamente incluir as disciplinas Educação Física, Educação Moral e Cívica, Educação Artística, Programa de Saúde e Religião, sendo esta última optativa para o aluno.

No 1° grau as disciplinas História e Geografia foram fundidas em uma única disciplina denominada Estudos Sociais. No 2° grau foram retiradas do currículo as disciplinas Filosofia e Sociologia enquanto foi incluída Organização Social Brasileira (OSPB), conforme cita Aranha apud Santiago (2008). Só em 2008, ou seja, 37 anos depois, as disciplinas Filosofia e Sociologia voltariam a ser disciplinas obrigatórias no currículo do ensino médio através da Lei n°. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

Devido a falta de planejamento na sua implementação, a proposta de profissionalização dos jovens no 2° grau fracassou causando grandes prejuízos. E foi na tentativa de sanar tais danos que a estrutura do 2° grau foi alterada pela Lei 7.044/82 que dispensou a obrigatoriedade da profissionalização nas escolas (SANTIAGO, 2008).

Percebe-se que a retirada da Filosofia e da Sociologia, a fusão de História e Geografia e o reforço das disciplinas científicas e que tinham caráter militar como Moral e Cívica do currículo reforçavam o regime implantado na época. O objetivo era formar pessoas menos questionadoras e mais aptas a seguirem regimes.

Em 1996 a Lei 5.692/71 foi substituída pela Lei n° 9.394 que em seu texto fundamenta uma reforma curricular para o ensino brasileiro. A LDB de 1996 trata o ensino médio como a etapa final da educação básica e que tem como principais finalidades a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos.

O currículo é organizado de tal modo a promover o prosseguimento dos estudos, porém, não impossibilitando que a educação profissional possa ser desenvolvida em conjunto com o propedêutico.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) propõem que a escola, ao alocar recursos, organizar currículos, propiciar a aprendizagem e ao avaliar, se baseie na sensibilidade, igualdade e identidade (PCN, 1999). A sensibilidade diz respeito ao fato da escola se respeitar a diversidade e fugir da padronização e da intolerância. A igualdade se encaixa no sentido que a escola deve dar iguais oportunidades e tratar de forma diferente àqueles que são diferentes. A identidade diz respeito à construção da autonomia de forma responsável e consciente.

Para Libâneo apud Santiago (2008), os princípios estruturantes do ensino médio são: identidade, diversidade, autonomia, interdisciplinaridade e contextualização. A identidade sugere que a equipe docente juntamente com a comunidade aja na organização pedagógica para desenvolver no estabelecimento de ensino a própria identidade. O princípio da diversidade defende que os sistemas de

ensino tenham uma base comum, mas que também possam atender às características diversas dos alunos bem como as demandas do meio social em que a escola está inserida. A autonomia diz respeito ao poder que a escola tem de equacionar seus recursos de acordo com suas necessidades peculiares. A interdisciplinaridade assegura que o conhecimento deve manter diálogo permanente com outros conhecimentos. A contextualização enfatiza a importância de relacionar o conhecimento à prática vivenciada pelo aluno.

O grande desafio é tornar o que está previsto na LDB e nas DCNEMs em prática pedagógica, já que os professores em sua grande maioria estão presos a grade curricular onde o ensino se faz de forma fracionada e sem correlação entre os conteúdos e destes com a prática. É preciso a elaboração de um projeto escolar executável, que respeite tempo e espaço, para que professores possam pôr em prática um currículo em que são definidas muito claramente as competências que se quer desenvolver e como se pode fazer isso através da elaboração do currículo.

Os princípios estruturantes do ensino médio são fundamentados num currículo que tem por objetivo principal promover os conhecimentos e as competências. Competência é a capacidade de agir eficazmente, em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem se limitar a eles. Para Perrenoud apud Santiago (2008), é através do aprendizado que o aluno desenvolve competências.

Outra questão que se configura num desafio para implantação do currículo por competências é a questão da avaliação. Uma vez que as competências são desenvolvidas em meio à aprendizagem, a avaliação também deve se dá nesse momento. A avaliação formativa nesse caso é a mais indicada. Nesse tipo de avaliação se faz necessária a observação do professor para que o mesmo possa ajustar suas intervenções didáticas de acordo com o andamento da turma. Dessa forma a avaliação deixa de ter caráter punitivo ou classificatório para ter um caráter diagnóstico que permita melhorar o ensino continuamente e não mais uma sentença.

Há ainda um enorme abismo entre o que está previsto na teoria curricular e o que acontece na prática pedagógica. Segundo Mello apud Santiago (2008), a elaboração de materiais e a organização de cursos correm mais rapidamente do que a capacidade das pessoas de incorporá-los à prática cotidiana. Porém, se faz necessária a mudança de paradigma curricular e metodológico propostos pelas DCEM nas instituições de ensino a fim de que o aluno possa ser capaz de se inserir no novo contexto de rápidas transformações tecnológicas, econômicas, culturais e sociais.

6. CONCLUSÕES

Verificou-se que as mudanças na estrutura política e econômica no Brasil nas últimas quatro décadas influenciaram de forma significativa na escolha do currículo escolar.

Foi possível perceber que cada reforma educacional instituída no País buscou a melhor maneira de contribuir na formação de pessoas capazes de atuar na sociedade, na década de 30 formar pessoas para operar máquinas, na década de 70 formar pessoas capazes de seguir o regime militar e nos anos 90 conceber a educação para que as pessoas fossem capazes de trabalhar em grupo e que tivessem a habilidade de se adaptar a mudanças exigidas pela globalização.

Analisando os fatos históricos foi possível reconhecer a participação de vários fatores sociais na elaboração da política educacional brasileira.

Ao estudar a evolução do currículo brasileiro sob a ótica da história é possível analisar de forma mais reflexiva sobre os valores, costumes e tradições que interferem no processo de construção dos novos saberes.

Posteriormente é possível fazer um estudo da evolução do nível de escolarização no Brasil para cada reforma instituída na educação brasileira.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Capes, ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- Campus

Maracanaú, ao Grupo de estudos em Formação de Professores e Educação Profissional – IFCE Campus Maracanaú e a Secretaria de Educação do Estado do Ceará.

REFERÊNCIAS

BAHRY, T. R.;PORCILE,G., **Os ciclos de endividamento da economia brasileira no período de 1968-1999**. Revista de Economia Contemporânea. Rio de Janeiro, v.8 n.1 p.5-32, jan./jun. 2004

BRASIL, **Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931**. Disponível em<http://www.jusbrasil.com.br> Acesso em 07 jul 2012

BRASIL, **Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942**. Disponível em <http://www. planalto.gov.br> Acesso em 05 jul 2012

BRASIL, **Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Disponível em<http://www.jusbrasil.com.br> Acesso em 07 jul 2012

BRASIL, **Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971**. Disponível em<http://www.jusbrasil.com.br> Acesso em 07 jul 2012

BRASIL, **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em<http://www.jusbrasil.com.br> Acesso em 07 jul 2012

BRASIL, **Lei nº 11.684 de 2 de junho de 2008**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br> Acesso em 05 jul 2012

COTRIN, G. **História e Consciência do Brasil**. 9 ed .São Paulo, SP: Saraiva, 1996

Parâmetros Curriculares Nacionais - 1999. Disponível em <http://portal.mec.gov.br> Acesso em 05 jul. 2012

SANTIAGO, S. B. **As reformas curriculares no ensino médio no Brasil**. In: MORAES, Silva Elizabeth (org). Currículo e formação docente: um diálogo interdisciplinar. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008

SILVA, J. F. da *et* al., **As Reformas educacionais no Brasil.** Movimento & Percepção. São Paulo, v.8, n.11, p. 200-216, jul./dez. 2007

ZOTTI, S. A. **O ensino secundário nas reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema: um olhar sobre a organização do currículo escolar**, disponível em < http// www.sbhe.org.br > Acesso em 07 jul. 2012